

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELA CRISTINA BETTEGA

ESTÉTICA DA PAISAGEM URBANA E PLANO DIRETOR – DIREITO À
CIDADE E QUALIDADE DE VIDA.

PARANAGUÁ
2016

MARCELA CRISTINA BETTEGA

ESTÉTICA DA PAISAGEM URBANA E PLANO DIRETOR – DIREITO À
CIDADE E QUALIDADE DE VIDA.

Projeto técnico apresentado como requisito à
obtenção do título de Especialista em Gestão
Pública Municipal - EAD, setor de Ciências
Sociais Aplicadas, da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Panhoca

PARANAGUÁ
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELA CRISTINA BETTEGA

ESTÉTICA DA PAISAGEM URBANA E PLANO DIRETOR – DIREITO À
CIDADE E QUALIDADE DE VIDA.

Projeto técnico apresentado como requisito à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal - EAD, setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Panhoca Orientador
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.

Prof. (a) Dr.(a)
Departamento

Prof. (a) Dr.(a)
Departamento

Prof. (a) Dr.(a)
Departamento

Curitiba, 22 de fevereiro de 2016.

RESUMO

As cidades são o espaço comum de morada de grande parte da população e sua forma pode interferir nos modos de convivência e de subjetivação dos seus convivas. O presente trabalho procurou relacionar os dispositivos legais acerca da estética da paisagem urbana, e as teorias que sustentam a importância dessa paisagem para a qualidade de vida. Foram analisados documentos do Plano Diretor Municipal de Paranaguá, e a partir desta análise, apresenta-se sugestões para a sensibilização acerca do tema.

Palavras- chave: Estética da Paisagem Urbana, Educação dos sentidos, Mapas Afetivos, Plano Diretor Municipal.

RESUMEN

Las ciudades son el espacio común de gran parte de la vivienda de la población y su forma puede interferir con las formas de convivencia y la subjetividad de sus huéspedes. Este estudio trata de relacionar las disposiciones legales sobre la estética del paisaje urbano, y las teorías que sustentan la importancia de este paisaje de la calidad de vida. Documentos fueron analizados a partir del Plan Maestro de Paranaguá, ya partir de este análisis, se presenta sugerencias para elevar la conciencia sobre el tema.

Palabras clave: Estética de la Vista de población , Educación sensible , Plan Maestro, Mapas Afectivos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - LIXO DEPOSITADO EM VIA PÚBLICA	9
FIGURA 2 - DETALHE DO INTERIOR DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ.....	10
FIGURA 3 - DETALHE EXTERNO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ.....	10

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	CRONOGRAMA FINANCEIRO	23
QUADRO 2 -	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	APRESENTAÇÃO	8
1.2	OBJETIVOS DO PROJETO TÉCNICO	8
1.2.1	Objetivo geral:	8
1.2.2	Objetivos Específicos:	8
1.3	JUSTIFICATIVA	8
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3	DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	18
3.1	DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO:	18
3.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	19
4	PROPOSTA TÉCNICA	21
4.1	PLANO DE IMPLANTAÇÃO	21
4.1.1	Recursos.....	22
4.1.2	Resultados Esperados.....	24
4.1.3.	Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo - Corretivas....	24
5	CONCLUSÃO	26
	REFERENCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Tema: Estética da Paisagem Urbana e Plano Diretor – direito à cidade e qualidade de vida.

Organização (local): Prefeitura de Paranaguá – Secretaria de Planejamento

1.2 OBJETIVOS DO PROJETO TÉCNICO

1.2.1 Objetivo geral:

Realizar análise entre a redação do Plano Diretor da cidade de Paranaguá no que se refere à Estética da Paisagem Urbana e documentos teóricos que tratem da sua importância na garantia da qualidade de vida dos cidadãos e propor ação para sensibilização acerca dessa importância.

1.2.2 Objetivos Específicos:

1. Identificar como é tratada a questão da Paisagem Urbana na redação do Plano Diretor – nomenclatura, leis municipais de proteção, áreas compreendidas como pertencentes à Paisagem Urbana e identificar, se/como na prática estas prerrogativas vem sendo cumpridas.
2. Propor projetos/ações de sensibilização da população e dos gestores públicos à importância da Estética da Paisagem Urbana.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em 2013, aconteceu em Paranaguá a 34^a Semana Literária e Feira do Livro do Sesc em Paranaguá, e a Prof.^a. Dr.^a. Eliana Yunes, da Cátedra de Leitura da Unesco – importante profissional da área de Leitura e Formação de Leitores – esteve na cidade para ministrar uma palestra. Fui sua cicerone. Andávamos pelo Centro Histórico da cidade, e ela observava atentamente os casarios, certo momento, a Professora parou no meio da rua com as mãos na cintura diante da Catedral - cuja construção data 1578 - voltou-se para mim e perguntou:

“Quando esta cidade deixou de ser amada?”

Não soube respondê-la, e esta pergunta ressoa em mim o tempo todo. E é por ela que começo a desenvolver este trabalho, com a tentativa de responder, ao menos parcialmente, às outras questões que dela surgiram:

Quais os signos presentes nesta cidade, que apontaram isso que a Professora chamou de desamor? E pode-se amar uma cidade??? Como se dão as leis de proteção da Paisagem Urbana no município? A Estética da Paisagem Urbana é importante para quê?

Pensar a Cidade como um organismo vivo, repleto de significados, de trocas simbólicas e de afetos, (BACHELARD, 1978; CERTEAU et al, 2012; COLLOT, 2013; DUARTE JR, 2001), é uma das principais razões deste trabalho.

É possível que a Professora Eliana Yunes tenha identificado como “desamor” situações cotidianas da cidade, mas que ao “olhar estrangeiro” tendem a ulular, como o lixo de todo o tipo e categoria amontoado pelas ruas e a depredação do patrimônio histórico material.

A percepção da Professora aponta para questões crônicas, como a questão do lixo que há anos vem sendo percebida, e inúmeras medidas têm sido tomadas por parte do poder público, vários mutirões de limpeza já foram realizados.

Em 2014 a Secretaria do Meio Ambiente (SEMMA) começou um trabalho de notificação dos proprietários de terrenos que servem como área de descarte e armazenamento de lixo ou que jogam lixo em via pública, sob pena de multa aos que não resolverem o problema, conforme matéria publicada em 06 de maio de 2014 no site da Prefeitura Municipal. Mesmo com essas ações os resultados são insipientes. Conforme a matéria, moradores alegam que assim agem porque veem outros moradores agindo da mesma forma. Atitude que aponta a necessidade de campanhas de sensibilização. (FIGURA 1)



Figura 1 Lixo depositado em via pública
Fonte: www.paranaguá.pr.gov.br

Paranaguá também é uma cidade histórica, com um conjunto de bens materiais e imateriais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹. Um dos imóveis com a situação mais crítica é a Estação Ferroviária, que sofre com a falta de manutenção. Em março de 2015 a Prefeitura da cidade recebeu uma Ordem Judicial para restauro emergencial do bem. Nas imagens abaixo pode-se perceber como estão as condições do prédio. (FIGURAS 2 e 3).



Estas não são situações isoladas, são exemplos de fatos que ocorrem cotidianamente.

A cidade é a moradia de toda a coletividade. A relação com a cidade, o passeio pela paisagem urbana, “se mostra, fundamental para a constituição de uma realidade estável, sensível, acolhedora. Uma realidade com a qual nos sentimos responsáveis”. (DUARTE JR, 2001, p.82)

O descuido demonstra uma ausência de compromisso – sendo o compromisso uma atitude necessária para que se possa vivenciar a experiência estética de percepção dessa paisagem urbana. (LIMA, 2007, p.92).

Vale lembrar que a responsabilidade pela salvaguarda e manutenção da estética paisagem urbana é tanto do poder público quanto da sociedade civil, conforme França (2011, apud SANTOS, 2013).

² Autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Se em uma cidade há problemas crônicos é preciso verificar a possibilidade desenvolvimento de situações de empoderamento e de sensibilização da importância do tema para a vida cotidiana.

Para isso optou-se conhecer a maneira de pensar do Poder Público, através da análise da redação do Plano Diretor Municipal, de modo a identificar as maneiras como as questões referentes à Paisagem Urbana são apresentadas, e, criar propostas de possíveis estratégias de sensibilização para públicos diversos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme Pinheiro (2012, p.85) o objetivo do Plano Diretor Municipal é, antes de tudo um instrumento jurídico que legitima o desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem estar dos seus habitantes.

E as funções sociais da Cidade não são somente as objetivas – morar, andar de ônibus, receber água encanada. O morar implica em uma gama de atividades e de inter-relações subjetivas, simbólicas e afetivas. Recentes propostas falam do “Bem-Viver” como modo alternativo ao desenvolvimento. Este termo/conceito foi criado por Alberto Acosta – presidente da Assembleia Constituinte Equatoriana, para quem que os bens materiais não são os únicos determinantes da compreensão do Bem-Viver, outros são os valores a considerar: o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos de condutas éticas e inclusive espirituais na relação com a sociedade e a Natureza, os valores humanos, a visão do futuro, o resgate de saberes ancestrais, entre outros. Neste trabalho procura-se estabelecer relação entres o pensamento político, ético, poético e sensível, de modo a desenhar propostas de alcance mais aprofundado. (CERTEAU, 2012; DUARTE JR, 2001; ACOSTA apud TOLENTINO, 2015, MARTINEZ, 2009)

Pensar na Estética da Paisagem Urbana é dar espaço para uma outra consciência e re-apropriação do espaço urbano. Esta consciência gera resultados diretos na qualidade de vida dos habitantes, na questão econômica, do turismo, no desenvolvimento sustentável, em uma melhor formação de identidades e de subjetividades. (LYNCH, 1997; CARERI, 2009)

A complexidade dos temas que englobam o estudo da Cidade, exigem aporte teórico que extrapola a Arquitetura e o Urbanismo, e convida a dialogar com outras áreas de conhecimento. Este modelo multidisciplinar foi utilizado na criação Núcleo de Pesquisa em Urbanização e Mundialização: novos processos de produção do espaço urbano, o NAPUrb, núcleo criado por estudiosos do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), em São Carlos, e do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), ambos da USP, e pesquisadores de outras áreas. Seguindo esta tendência, o presente trabalho será embasado, além

nas disciplinas citadas, em questões da Gestão Municipal, da Política Cultural, das Artes Visuais, do Turismo, Patrimônio Histórico e do Direito.

Alguns dos conceitos apresentados neste trabalho podem ter mais de uma significação, deste modo considera-se importante algumas delimitações.

Muitos são os conceitos fixados à palavra “paisagem”. Este trabalho tratará da Paisagem sob a inter-relação dos enfoques “Estético” e “Cultural” sistematizados por Bombim (1987) e Jordana (1992) (apud CHEMIN, 2013, p. 46-47), onde o enfoque Estético:

Compreende alusões sobre a harmonia entre formas e cores do território, seja a partir da representação ou do sujeito. Trata-se do enfoque mais primitivo e intuitivo, de associação direta com aspectos perceptivos e sensoriais do ser humano. Sob este enfoque é possível verificar e avaliar a paisagem como representação, inclusive com a captação de impactos provocados no observador. (CHEMIN, 2013, p. 46-47)

Enquanto que o Cultural

Dá suporte para análises que abordam a paisagem como cenário das atividades humanas, e que atua como testemunho histórico e recurso passível de transformações permanentes empenhadas pelo homem. Reconhece que a atuação humana parte de uma base (meio natural), transformada continuamente por dinâmicas socioeconômicas, das quais o homem, influenciado por seu meio cultural, é o principal agente modelador. . (CHEMIN, 2013, p. 46-47)

Quando o estudo se refere ao espaço urbano, pode-se ainda recorrer ao conceito desenvolvido pelo importante arquiteto Gordon Cullen (1963, apud ADAM, 2008, p.63) para quem a paisagem urbana é

A arte de tornar coerente e organizado, visualmente o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o espaço urbano. Sob este conceito, é possível a realização de análises sequenciais e dinâmicas da paisagem a partir de premissas estéticas, isto é, quando os elementos e jogos urbanos provocam impactos de ordem emocional. (ADAM, 2008, p.63)

Palavras como percepção, sensorial, emocional, organização, harmonia e representação aparecem vinculadas ao conceito de Paisagem, o que nos sugere estarmos falando de uma estética, palavra de origem do grego (*aisthesis*), usada para percepção ou sensação daquilo que se toma de fora para dentro. (Duarte JR. 2001, p.137)

Lima (2007. p.89) nos aponta que “para que se possa discutir sobre estética da paisagem, esta deve ser entendida como uma realidade na qual o Homem está, e não um objeto para o qual olha”. E mais adiante complementa, que é esta realidade intrinsecamente estética e real, e sua apreensão é feita com os cinco sentidos e não só com a visão.

Collot (2013. p. 27) afirma que “a paisagem transgride a oposição entre sujeito e objeto, o individual e o universal; embora possa assumir todos os valores da afetividade mais íntima, a convergência faz dessa afetividade um lugar comum para mim e para os outros”.

A este “lugar comum” podemos também chamar de “identidade”, algo que se confere pela similitude, mas mais ainda pelas diferenças formais do espaço, bem como, as diferenças perceptivas dos diferentes sujeitos sobre este mesmo espaço. (LIMA, 2007. p.101)

Por conta da imensa gama de significados que o viver e relacionar-se com o espaço urbano confere, talvez seja necessário a educação dos nossos sentidos para a melhor percepção desses signos, que também são corpos urbanos. Esta percepção afetará a forma individual do trato com a cidade.

Duarte Jr. (2001, p.164/175) fala da educação sensível como uma aproximação às coisas do mundo, e sentir o mundo para ele consiste em “sentir aquela porção que eu tenho ao meu redor, para que então qualquer pensamento e raciocínio abstrato acerca dele possa acontecer a partir de bases concretas e, antes de tudo, sensíveis”

“Quando o abrigo é seguro, a tempestade é boa”, é o que diz Henri Bosco (s/d. apud Bachelard, 1978. p. 223)

A cidade enquanto abrigo, pode ser o espaço para uma reorganização, uma ressignificação e uma reestruturação da vida moderna ocidental. (Duarte Jr. 164)

A educação sensível permite trazer para a consciência e conseqüentemente para a reflexão afetos, percepções e com isso pode promover mudanças de atitude.

Conforme Bonfim (2010, s/p) “a forma que o habitante se implica na cidade já é um indicador de sua ação, sendo a afetividade um indicador de ética e cidadania na cidade”. Para a professora, coordenadora do projeto/ metodologia dos mapas afetivos,² esta afetividade é categoria síntese do encontro do indivíduo com a cidade.

A metodologia dos mapas afetivos permite a organização das percepções individuais dos participantes em forma de mapas onde os locais identificados e apontados estejam relacionados com seus cotidiano e suas subjetividades. Os mapas são construídos através de desenhos e textos – e de metáforas – durante oficinas de sensibilização. Além dos processos cognitivos individuais há a possibilidade também da percepção do olhar do outro sobre aquele mesmo espaço.

Durante as oficinas podem acontecer passeios guiados, com o objetivo de estimular novas formas de ver/perceber.

Este tipo de atividade também pode ser direcionada aos gestores públicos, uma vez que a qualidade de formação dos mesmos pode resultar tanto na redação mais bem elaborada de documentos, como na execução mais consciente da abrangência de suas funções, conforme comenta Duarte Jr. (2001. p. 157):

As próprias leis e enunciados científicos podem despertar o sentimento do belo, desde que a sua construção ou sua apreensão se dê por parte de um sujeito sensível, não de um técnico que se restrinja a aplicar fórmulas e a pensar tão-somente no modo operacional. (DUARTE JR. 2001. p. 157):

Como já citado anteriormente, o Plano Diretor é o documento jurídico que legitima o desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem estar dos seus habitantes. E como documento deve ter claro em sua redação diretrizes e modos de atuação, ainda mais quando o objeto legislável extrapola a Letra da Lei³.

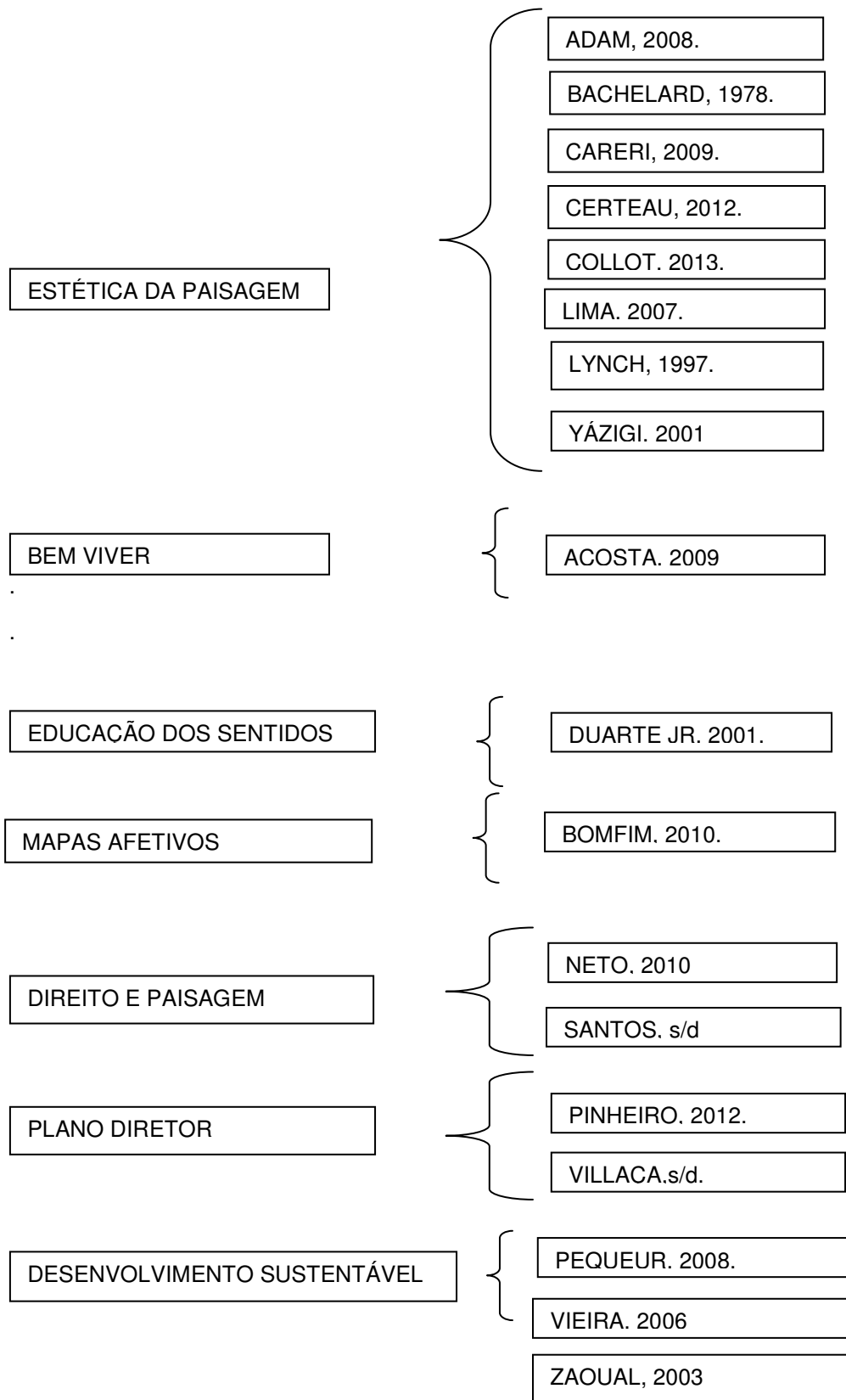
Os aspectos referentes à Estética da Paisagem Urbana têm tomado tal magnitude que têm sido recorrentes os estudos que tratam a salvaguarda, a questão da qualidade de vida dos cidadãos, como Direito fundamental, o que muito pode

² Metodologia desenvolvida pelo laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Zulmira Bonfim.

³ A “Letra da Lei” é a sua forma expressa, visível. O “Espírito da Lei” tanto é aquilo que faz as leis serem escritas, quanto as possíveis interpretações dadas à determinados enunciados.

enriquecer e qualificar a estruturação desses aspectos na elaboração do Plano Diretor Municipal (MARCHESAN, 2008; NETO, 2010; SANTOS, 2014)

2.1. FLUXOGRAMA DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA



3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO:

Conforme descrito no site da Prefeitura Municipal⁴ compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão:

- I. Priorizar e planejar, articulando a promoção e a integração entre os órgãos da Prefeitura, visando à concretização do Plano de Governo e ao desenvolvimento institucional da Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- II. Proporcionar a integração, racionalização e evolução dos processos organizacionais viabilizando ações de suporte; orientação; indicadores de resultados no âmbito da Administração Direta e Indireta, compreendendo aquisições e contratações, padronizações, implantações, gestão e coordenação da infraestrutura de conectividade e dos sistemas informatizados de acompanhamento do Plano de Governo, interligando os órgãos municipais;
- III. Promover estudos e trabalhos na área de desenvolvimento organizacional, visando à modernização e racionalização administrativa do Poder Executivo;
- IV. Articular os órgãos da Administração Pública Municipal para que promovam, em conjunto, o alinhamento permanente do plano de governo e o seu monitoramento e avaliação;
- V. Realizar o planejamento e o acompanhamento de programas e projetos institucionais, consolidando os indicadores e analisando-os periodicamente de forma integrada;
- VI. Coordenar a elaboração do orçamento, participando da elaboração e monitorando metas fixadas de acordo com o Plano de Governo.
- VII. Coordenar as atividades de elaboração das propostas para os instrumentos de planejamento municipais - Plano Plurianual (PPA) - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Lei Anual do Orçamento (LOA) a serem submetidos pelo Executivo Municipal à aprovação da Câmara Municipal;
- VIII. Realizar estudos para a busca de mecanismos de viabilização de novos recursos para o Município;
- IX. Realizar outras atividades correlatas. (PMP, 2015, s.n.)

Na redação do Plano Diretor Municipal⁵, encontram-se algumas atribuições ao “Órgão de Planejamento do Município”, que descrevem desde o detalhamento de das propostas, a discussão e concretização de parcerias para fins de financiamento, a elaboração, coordenação, avaliação e execução dos planos e ações previstos; subsidiar as decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, informar e orientar sobre questões da alçada da legislação urbanística, rural, ambiental e

⁴ <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/secretarias-e-orgaos/planejamento>

⁵ Idem. PARANAGUÁ. Lei Complementar nº 60, de 27 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Cap. II, Seção II, Art. 123.

municipal, monitoramento da implementação de políticas e estabelecimento de convênios.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Para a realização deste trabalho, foi delimitado o estudo dos seguintes documentos que se referem à criação do Plano Diretor Municipal de Paranaguá e ao estabelecimento de normativas que se inter-relacionam ao Plano: Lei Complementar (LC) nº 60 que normatiza a “Instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá”; LC nº 62, que se refere ao “Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e outras providências”; LC nº 65 que Dispõe sobre o uso da bicicleta e sistema cicloviário e outras providências; LC nº66 que “Dispõe sobre a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, sobre rememoração e condomínios horizontais”; LC nº68 que “Dispõe sobre normas relativas ao Código de Posturas do Município de Paranaguá e outras providências”, todos esses documentos datam todas de 27 de agosto de 2007 (PARANAGUÁ,2007. Leis Complementares nº 60, 62,65,66,68, de 27 de agosto de 2007)

A leitura destes ocorreu de modo a identificar as formas de tratamento às questões referentes à Paisagem Urbana no texto da lei. Nestes documentos foram várias as indicações do termo “Paisagem Urbana”, e constatou-se prevalência dos seguintes substantivos: “preservação”, “valorização”, “recuperação”, “qualificação”.

Porém não é explícito o que se compreende, em termos de medidas, propriamente ditas, para se chegar a cada um deles. Em Paranaguá, não foi identificada uma lei específica determinando o que é, nem o tratamento da “paisagem urbana”.

As áreas de interesse de proteção são pensadas como grandes conjuntos, e grosso modo, a paisagem é referida àquilo que se vê de um espaço, como um cenário, e os documentos não deixam claro o que se entende por este termo.

Ao mesmo tempo existe uma delimitação explícita dos conceitos de Qualidade de Vida, conforme descrito na, LC nº 60, de 27/08/2007, Cap.III, Art. 16°. Inc., onde se lê:

Elevar a qualidade de vida da população, particularmente no que se refere à saúde, à educação; às condições habitacionais; à infraestrutura e aos

serviços públicos, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades sociais.

E de *Desenvolvimento Sustentável*, no mesmo documento Cap.II. Art. 7º.

Inc.II:

Promoção do desenvolvimento sustentável entendido este como o acesso à moradia, infraestrutura, serviços e equipamentos, para as atuais e futuras gerações, de forma ambientalmente correta.

Estudos da última década apontam a identificação e valorização do potencial dos territórios como o grande desafio para estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e que este designa, per si, uma modalidade de política ambiental de corte proativo e preventivo, focalizando a relação sociedade-natureza em uma relação sistêmica. (PEQUEUR,2005; ZAOUAL,2003 VIEIRA,2006).

Em ambas as definições do documento municipal percebe-se uma visão fortemente econômica e funcional.

Duarte Jr (2001p.83), nos lembra que o propósito econômico ou político da cidade é recente. E que desde o princípio o propósito de construção de uma cidade foi algo instintivo nos seres humanos: querer estar juntos, imaginar, falar, trocar.

Planejar uma cidade de maneira funcional pode desconectar os cidadãos deste princípio primordial, a priori afetivo e simbólico, e criar outra forma de organização à qual Francesco Careri (2009, p.180) chamou de cidade difusa, onde:

Los habitantes de esta ciudad, los "difusos", eran gentes que vivían al margen de las normas civiles y urbanas más elementales, que sólo habitaban el espacio privado de la casa y del auto-móvil, que sólo concebían como espacios públicos los centros comerciales, los merenderos, las gasolineras y las estaciones ferro viarias, y que destruían cualquier espacio proyectado para su vida social. Los nuevos bárbaros que habían invadido la ciudad deseaban convertirla en aquella Paperópolis Global que vive en casitas unifamiliares y que sólo prolonga su hábitat por las autopistas reales y por las redes virtuales de Internet. (CARERI, 2009, p.180)

4 PROPOSTA TÉCNICA

Desenvolvimento de oficinas onde os participantes organizem suas percepções individuais do espaço urbano em forma de mapas, onde os locais identificados e apontados estejam relacionados, preferencialmente com seus cotidiano e suas subjetividades.

Os mapas são construídos através de desenhos e textos – e de metáforas – durante oficinas de sensibilização.

Este processo inclui a apresentação de mapas oficiais de modo que as questões subjetivas possam ser identificadas e apontadas, e assim apreendidas.

Durante as oficinas podem acontecer passeios guiados, com o objetivo de estimular novas formas de ver/perceber.

O entorno dos locais das oficinas serão fotografados no início dos trabalhos e após o período de 12 meses, de modo a poder identificar se houve mudança efetiva no seu espaço.

4.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A partir dos conceitos de “educação dos sentidos” descritos na revisão bibliográfica, baseados nos conceitos de Duarte Jr (2001), em conjunto com as acepções da Metodologia dos Mapas Afetivos, da professora Zulmira Bonfim (2010), pretende-se desenvolver ações de sensibilização que podem ser aplicadas para diferentes públicos: na rede municipal de ensino; formação de professores; ações formativas para gestores públicos, agentes da manutenção – secretaria de obras; meio ambiente, etc. Vale acrescentar aqui que a ementa do curso de administração pública prevê formação heterogênea e multidisciplinar. Pela disponibilidade de acesso, as primeiras oficinas serão realizadas com as crianças da rede pública municipal, para depois atingir outros agentes sociais.

4.1.1 Recursos

Parceria com poder público para implementação de ações.

Desenvolvimento de material de apoio para as oficinas com crianças e para o treinamento de multiplicadores e adultos.

Listagem de materiais apropriados para cada um dos públicos: papéis tamanho A3, lápis, canetinhas hidrocor, lápis de cor, borracha, cola, tesoura, aparelho de reprodução de dvd, gravador para registros sonoros, pen drives, mídias graváveis, máquina fotográfica.

Oito horas/aula por turma. (Tempo estimado inicial para turmas de crianças).

Realização de 10 (dez) oficinas, para até 20 pessoas cada, durante o ano de 2016, totalizando 80 (oitenta) horas de trabalhos práticos.

Para a composição do cronograma financeiro tomou-se por base os recursos essenciais para a execução das ações e foi montado considerando o aporte de verba pública, por isso a qualificação das verbas. Na falta de patrocinador o projeto poderá ser realizado através de parcerias com os fornecedores dos serviços de modo a viabilizá-lo. (QUADRO 1)

Há verba destinada para aquisição de materiais e para os serviços diversos que podem ser utilizados no decorrer dos trabalhos – como transporte, ampliações fotográficas, fotocópias, entre outros.

A hora técnica, tanto para a elaboração da proposta, quanto para as horas/aulas estão de acordo os valores de referência para análise de projetos do Ministério da Educação.

Como beneficiários diretos, contabiliza-se o número de participantes por oficina multiplicado pelo número de oficinas. Os beneficiários indiretos são todas as pessoas que de algum modo obterão benefícios com a realização do trabalho, neste caso, presume-se que as comunidades do entorno dos locais onde as oficinas serão ministradas, sejam potenciais beneficiários indiretos, cujo quantitativo, ter-se-á com maior clareza, a partir dos agendamentos das atividades.

Indica-se também o valor per capita do projeto, que é o total dividido pelo número de beneficiários diretos.

ITEM	QUANTIDADE	TIPO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	TIPO DE VERBA
Materiais de consumo:	1	Global	R\$ 1200,00	R\$ 1200,00	Material de Consumo
Hora/aula instrutor:	80	Horas	R\$ 50,00	R\$ 4000,00	Pessoa Física
Proposta técnica	20	Serviço	R\$ 50,00	R\$ 1000,00	Pessoa Física
Serviços diversos (taxi, barco, ampliação fotográfica, xerox, e demais que se fizerem necessários)	1	Global	R\$ 1500,00	R\$ 1500,00	Pessoa Jurídica
Beneficiários	200 pessoas				
Beneficiários indiretos	Comunidades do entorno				
Per capita por beneficiário direto	R\$ 38,50				
	VALOR TOTAL R\$ 7700,00				

QUADRO 1 - CRONOGRAMA FINANCEIRO

O cronograma de atividades aponta as principais ações de desenvolvimento do trabalho. (QUADRO 2)

Considera-se o primeiro semestre o tempo necessário para elaboração e ajustes na proposta pedagógica da oficina, depois disso são contatados os possíveis parceiros – Instituições de ensino. ONGs, poder público e iniciativa privada, quando for o caso. Nesses contatos e reuniões será apresentada a proposta do projeto, e as Instituições interessadas deverão se comprometer em apoiar a continuidade dos desdobramentos das oficinas, oportunizando resultados efetivos. Paralelamente, inicia-se o processo de agendamento das atividades

Do nono ao décimo sexto mês as dez oficinas devem ser ministradas.

Os últimos sessenta dias serão para organizar os dados coletados, realizar análises e fazer a prestação de contas financeiras e de resultados alcançados aos órgãos competentes.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES																		
Atividades	Meses																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Elaboração da proposta técnica	■	■	■	■	■	■												
Contato com órgãos parceiros							■	■										
Contato e agendamento com escolas							■	■										
Desenvolvimento do projeto									■	■	■	■	■	■	■	■		
Avaliação dos resultados																	■	
Tabulação de dados																	■	■
Apresentação de resultados																		■
Prestação de contas																		■

QUADRO 2 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

4.1.2 Resultados Esperados

Espera-se que após as ações a relação dos participantes com seu meio fique mais consciente, e em consequência mais cuidadosa, mais zelosa.

Por se tratar de turmas de crianças, o primeiro objetivo desejado é que estas passem a usar com mais frequência as lixeiras das escolas, e que o ambiente escolar se torne mais limpo e organizado. Esta atitude poderá ser estendida a todo o percurso de seu mapa afetivo, com a sugestão de recolher o lixo encontrado por esses caminhos - assim invés de um pequeno poluidor, esta criança será uma grande semeadora.

Num contingente de dez escolas diferentes estas pequenas ações podem tomar proporções significativas. A educação de base ainda é o melhor tempo/espço para a proposição de ações realmente formativas e transformadoras.

4.1.3 Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo - Corretivas.

O poder público pode ignorar o presente estudo e não optar por inserir novas diretrizes na revisão do Plano Diretor em 2017; porém este projeto técnico tem um viés educativo e pode ser realizado sem o apoio direto da Secretaria de Planejamento. Nos formatos de oficinas podem ser propostas ações em escolas,

comunidades, associações de bairros e o projeto, ainda assim, poder ser desenvolvido.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo identificar os modos como as questões referentes à Estética da Paisagem Urbana eram tratadas pela redação do Plano Diretor da cidade de Paranaguá, e propôs uma reflexão sobre a importância desta na garantia da qualidade de vida dos cidadãos. De modo a concretizar as reflexões realizadas neste trabalho, propõe-se também ações educativas para sensibilização acerca dessa importância.

Os principais conceitos que embasaram este trabalho foram o Bem Viver (ACOSTA, 2009), da Educação dos Sentidos (DUARTE JR, 2001) e os de Mapas afetivos (BOMFIM, 2010). Outros autores deram escopo às reflexões, conforme fluxograma descrito no corpo da pesquisa.

A generalidade da redação do Plano Diretor, bem como a desatualização dos conceitos que poderiam garantir maior refinamento das questões subjetivas legisáveis, como “função social da cidade” e “desenvolvimento sustentável”, apontam para a necessidade de revisão profunda desses conceitos e aperfeiçoamento por parte do corpo técnico.

Conforme descrito nesse trabalho, esta lacuna entre o escrito e o realizado, pode ser minimizada a partir da sensibilização dos atores, através de oficinas, como a proposta neste trabalho, bem como, com outro tipo de ações formativas.

Sugere-se ainda, a avaliação da necessidade de campanhas educativas para a mudança de hábitos, tomando como exemplo a campanha do “Lixo que não é lixo”, dos anos 90 em Curitiba, bem como a criação de serviço de coleta seletiva que seja eficiente e atenda a demanda dos munícipes.

E, a exemplos de cidades que já se ocupam com a sua “forma” de modo mais sensível e interligado, desenvolver campanhas que sejam perenes, de modo que o objeto da conscientização, se torne um hábito, e que a beleza da forma da cidade e das relações humanas possa ser claramente percebida.

São muitos os caminhos que podem ser seguidos quando o objeto de estudo é a Paisagem Urbana, as questões do Patrimônio Histórico Material que neste trabalho tiveram uma brevíssima citação, podem ser tema de trabalhos futuros para uma melhor compreensão do espaço urbano.

REFERENCIAS

ADAM, Roberto Sabatella. **Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen**. Da Vinci, Curitiba, v.5, n1, p.61-68; 2008.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Trad.: Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BOMFIM, Zulmira. **Cidade e afetividade: Estima e construção mapas de Barcelona e São Paulo**. Fortaleza: Editora da UFC, 2010.

CARERI, Francesco. **O Caminhar como prática estética**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2009

CERTEAU, Michell. (et.al) **A Invenção do Cotidiano:2. Morar, cozinhar**. Trad.: Ephraim Alves e Lucia Orth. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COLLOT, Michell. **Poética e Filosofia da Paisagem**. Trad.: Ida Alves [et. al.]. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

DUARTE JR, João Francisco. **O sentido dos sentidos: A educação (do) Sensível**. Curitiba: Criar, 2001.

Abandonada, Estação Ferroviária de Paranaguá perde potencial turístico : <http://g1.globo.com/pr/parana/ferias-verao/2015/noticia/2015/01/abandonada-estacao-ferroviaria-de-paranagua-perde-potencial-turistico.html>. Acesso em 15/11/2015.

Jundiaí prepara projeto-piloto de 'cidade caminhável'. Publicada em:30/03/2015 > <http://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2015/03/30/jundiai-prepara-projeto-piloto-de-cidade-caminhavel/>. Acesso em 20/11/2015.

LIMA, Maria Francisca Machado. **Estéticas da Paisagem e Arquitetura Paisagista**. Philosophica, 29, Lisboa, 2007, pp. 87-102.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad.: Jefferson Luiz Camargo. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NETO, Antônio. Zanollo. **Direito à Paisagem**. Revista Internacional Direito e Cidadania, 12/08/2010 In: <http://www.reid.org.br/?CONT=00000202>

PARANAGUÁ,2007. Leis Complementares nº 60, 62,65,66,68, de 27 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/plano-diretor>.

PEQUEUR, Bernard. **O Desenvolvimento Territorial**: Uma nova abordagem dos processos e desenvolvimento para as economias do Sul. Campina Grande. Raízes, v.24. n.01 e 02, p.10-22, jan./dez. 2005. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n 2, p. 12-40, outubro, 2008.

PINHEIRO, Otilde Macedo. **Plano Diretor e gestão urbana**/2.ed.reimpr. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]:CAPES:UAB, 2012.

SANTOS, Felipe A.R. **A função estética da paisagem urbana**: o direito fundamental à beleza paisagística. Disponível em: www.jurisway.com.br

SEMMA começa a notificar quem joga entulho em vias públicas. Publicada em 06/05/2014, disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia5524.html>
Acesso em 20/11/2015.

TOLENTINO, Michell. RESENHA. ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. (org.). **El buen vivir: una vía para El desarrollo**. Quito: Abya-Yala, 2009. GEOgraphia - Ano. 17 - Nº33 - 2015.

Valores de referência para análise de projetos. Ministério da Educação. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-word/4876-anexo-5-pessoal-valores-referencia-aanalise-projetos..> Acesso em: 05/01/2016

VIEIRA, Paulo. Freire. **Rumo ao desenvolvimento Territorial Sustentável**: esboço de roteiro metodológico participativo. Florianópolis, v.4, n. especial, dez.2006.

VILLAÇA, F. **Dilemas do Plano Diretor**. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cepam2.pdf>. Acesso em 04/01/2016.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

.